

ÍNDICE

<i>Apresentação da 10ª edição</i>	XXXIII
<i>Apresentação da 9ª edição</i>	XXXVII
<i>Apresentação da 8ª edição</i>	XXXIX
<i>Apresentação da 7ª edição</i>	XLI
<i>Apresentação da 6ª edição</i>	XLIII
<i>Apresentação da 5ª edição</i>	XLV
<i>Apresentação da 4ª edição</i>	XLVII
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	XLIX

Parte I — DO DIREITO MATERIAL

Capítulo I — DIREITOS MATERIAIS DIFUSOS	1
1. Introdução	1
2. Direitos difusos	4
2.1. Transindividualidade	4
2.2. Indivisibilidade	5
2.3. Titulares indeterminados e interligados por circunstâncias de fato	5
3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	7
3.1. Transindividualidade e determinabilidade dos titulares.....	8
3.2. Indivisibilidade do objeto	8
4. Direitos individuais homogêneos.....	8
4.1. Critério de distinção dos direitos	9
Capítulo II — POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	10
A) <i>Introdução</i>	10
1. Noções propedêuticas	10

2. Visão antropocêntrica do direito constitucional ambiental.....	15
2.1. A pessoa humana como destinatária do direito ambiental	15
2.2. A vida em todas as suas formas como destinatária do direito ambiental	18
3. Definição legal de meio ambiente.....	19
4. Classificação do meio ambiente.....	20
4.1. Meio ambiente natural	20
4.2. Meio ambiente artificial.....	21
4.3. Meio ambiente cultural.....	22
4.4. Meio ambiente do trabalho.....	22
4.5. O patrimônio genético	24
4.5.1. O patrimônio genético (art. 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal	24
4.5.2. O patrimônio genético da pessoa humana (arts. 5º e 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: a tutela jurídica do ADN e do ARN	25
<i>B) Princípios do direito ambiental na Constituição Federal de 1988...</i>	26
1. Noções preliminares	26
2. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	27
3. Princípio do poluidor-pagador e a interpretação do Supremo Tribunal Federal.....	37
3.1. Responsabilidade civil objetiva	42
3.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental.....	44
3.3. Poluidor	45
3.4. Dano ambiental.....	47
3.5. O dano e suas classificações: dano material, dano moral e dano à imagem em face dos bens ambientais.....	49
3.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente.....	53
4. Princípio da prevenção.....	53
5. Princípio da participação.....	56

X

5.1. Informação ambiental.....	57
5.2. Educação ambiental.....	58
5.3. Política Nacional de Educação Ambiental.....	59
6. Princípio da ubiquidade	60
C) Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente	61
1. Introdução	61
1.1. Inexistência de <i>bis in idem</i>	62
2. Responsabilidade civil	62
3. Responsabilidade administrativa.....	64
3.1. Fundamentos constitucionais da responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Poder de polícia em matéria ambiental	64
3.2. Regime da responsabilidade administrativa em face de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. Responsabilidade objetiva. Cláusula <i>due process</i>	68
3.3. Sanções administrativas no âmbito infraconstitucional. A Lei n. 9.605/98, o conceito de infração administrativa ambiental e o destino dos valores arrecadados em pagamento de multas ..	69
4. Responsabilidade penal pelos danos causados ao meio ambiente ..	71
4.1. A distinção entre o ilícito civil e o ilícito penal.....	71
4.2. Tutela penal do meio ambiente.....	72
4.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	73
Capítulo III — BENS AMBIENTAIS	74
1. Introdução	74
1.1. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais.....	74
2. Classificação dos bens quanto à titularidade: bem público e bem particular	104
2.1. A dicotomia entre o bem público e o bem privado.....	105
3. A distinção entre os bens públicos e os bens difusos	106
4. Os bens ambientais	109

4.1. Bem de uso comum do povo	110
4.2. Bem essencial à sadia qualidade de vida.....	110
5. Piso vital mínimo	110
6. Os bens ambientais atribuídos a entes federados	111
7. A natureza jurídica do bem ambiental e o direito de propriedade	112
8. Bens ambientais e segurança nacional	119
8.1. A Política Nacional do Meio Ambiente sob a égide da ditadura militar e o conceito de segurança nacional	119
8.2. Bens ambientais no Estado Democrático de Direito e segurança nacional	123
8.3. Agressão estrangeira aos bens ambientais e o sistema nacional de mobilização (Lei n. 11.631/2007): uma verdade inconveniente?.....	125
Capítulo IV — COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL	127
1. Noções propedêuticas	127
2. Competências constitucionais em matéria ambiental	127
2.1. País e forma de Estado.....	127
2.2. Estado Democrático de Direito.....	128
2.3. Território e forma de Estado	128
2.4. Federalismo	128
2.5. Soberania e autonomia.....	129
3. Critério de repartição de competências: predominância do interesse	129
4. Classificação das competências	130
4.1. Competência legislativa.....	131
4.2. Competência material	131
5. O Município e a sua importância fundamental e preponderante na tutela da sadia qualidade de vida.....	132
Capítulo V — LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL	134
1. Licenciamento ambiental e licença administrativa	134
2. Natureza jurídica do licenciamento ambiental.....	135
3. Licenciamento ambiental: a sua discricionariedade	135

4. Procedimento administrativo	136
4.1. Etapas do licenciamento	137
4.1.1. Licença prévia	137
4.1.2. Licença de instalação	137
4.1.3. Licença de operação	138
5. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA).....	138
5.1. RIMA — relatório de impacto ambiental.....	139
5.2. A disciplina constitucional do estudo de impacto ambiental...	140
5.3. Equipe multidisciplinar.....	141
5.4. RAIAS — relatório de impacto ambiental	142
5.5. Responsabilidade civil	143
5.6. Exigência do EIA/RIMA: ato vinculado ou discricionário? .	144
6. Competência para o licenciamento	145
7. A incidência do EIA/RIMA em todos os aspectos do meio ambiente	146
8. Audiência pública.....	146
8.1. Obrigatoriedade	146
8.2. Local da audiência pública	146
8.3. Momento do requerimento.....	146
8.4. Função da audiência pública.....	147
9. Direito de o empreendedor desenvolver sua atividade em face de EIA/RIMA favorável no âmbito do Direito Ambiental Brasileiro....	147
10. Razoabilidade da duração do procedimento de licenciamento ambiental como garantia constitucional da tutela jurídica dos bens ambientais.....	149
 Capítulo VI — ZONEAMENTO AMBIENTAL E ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS	 151
1. Princípio do desenvolvimento sustentável	151
2. Espaços ambientais	151
2.1. Espaços territoriais especialmente protegidos	152
2.1.1. A Lei n. 9.985/2000 e as Unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sus- tentável	152
2.2. Zoneamento ambiental.....	155

2.2.1. Classificações do zoneamento ambiental	155
2.2.1.1. Zoneamento para pesquisas ecológicas	156
2.2.1.2. Zoneamento em áreas de proteção ambiental (APAs).....	156
2.2.1.3. Zoneamento nos parques públicos	156
Capítulo VII — FLORA E ASPECTOS DE DEFESA	157
1. Conceito e características.....	157
2. Competência constitucional	157
3. O Código Florestal como norma geral.....	158
4. Natureza jurídica das florestas	159
4.1. Classificações.....	160
4.1.1. Quanto à preservação	160
4.1.2. Quanto à variabilidade das espécies	162
4.1.3. Quanto ao tipo de reposição florestal	162
4.1.4. Quanto ao primitivismo.....	162
4.1.5. Quanto à exploração.....	163
5. Floresta Nacional	164
6. Natureza jurídica das florestas, sua gestão na ordem econômica capitalista e a Lei n. 11.284/2006	166
6.1. Natureza jurídica das florestas e seu uso sustentável	166
6.2. Gestão de florestas em face da Lei n. 11.284/2006 e a produ- ção sustentável	172
6.3. Produção sustentável no âmbito da Lei n. 11.284/2006 e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental	174
6.4. Auditorias florestais em proveito da defesa das florestas como bens ambientais	175
6.5. Recursos financeiros oriundos dos preços da concessão flo- restal e o objetivo de garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais e regionais	176
7. Indenização vinculada à denominada cobertura vegetal em face do direito ambiental brasileiro	176
Capítulo VIII — FAUNA E ASPECTOS DE DEFESA	181
1. Introdução	181
2. Conceito e generalidades	182

3. Classificações quanto ao hábitat	183
4. Natureza jurídica da fauna	184
5. A fauna como bem ambiental	184
6. Finalidades da fauna	185
6.1. Função ecológica	185
6.2. Função ecológica e a introdução de espécies exóticas	186
6.3. A reintrodução de espécies e a função ecológica.....	186
6.4. Finalidade científica.....	186
6.5. Finalidade recreativa	187
6.6. Finalidade cultural	188
6.6.1. O conceito de crueldade	189
6.6.2. Farra do boi, rodeios e práticas religiosas	190
7. A fauna e a caça	191
7.1. Caça profissional	191
7.2. Caça de controle	192
7.3. Caça de subsistência	193
7.4. Caça científica	193
7.5. Caça amadorista.....	194
8. Rodeios de animais e a Lei n. 10.519/2002	195
9. Manifestações culturais, fauna e direito ambiental	198
Capítulo IX — RECURSOS HÍDRICOS	202
1. Introdução	202
2. Classificação	202
2.1. Quanto à sua localização com relação ao solo	202
2.2. Quanto ao uso predominante (conforme Resolução Conama n. 20/86).....	203
3. Competência legislativa	203
4. Competência material	204
5. Poluição da água	204
6. O meio marinho e sua proteção	205
7. A proteção das águas doces	206
8. Poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional	207

9. Águas no novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002).....	208
Capítulo X — POLUIÇÃO SONORA	221
1. Conceito de som e ruído	221
2. Natureza jurídica do ruído	221
3. Efeitos do ruído.....	222
4. Avaliação da poluição sonora e a Resolução Conama n. 1/90	223
5. Classificação do ruído.....	224
5.1. Quanto ao aspecto temporal.....	224
5.2. Quanto ao aspecto do meio ambiente afetado	224
5.2.1. Meio ambiente urbano.....	224
5.2.1.1. Cultos religiosos.....	225
5.2.1.2. Bares e casas noturnas	227
5.2.1.3. Aeroportos.....	227
5.2.1.4. Indústrias.....	228
5.2.1.5. Veículos automotores	229
5.2.2. Meio ambiente doméstico	230
5.2.2.1. Eletrodomésticos	230
5.2.3. Meio ambiente do trabalho.....	232
5.2.4. Meio ambiente rural	233
6. Instrumentos ambientais de prevenção à poluição sonora	233
7. Alguns aspectos penais acerca da poluição sonora	233
Capítulo XI — POLUIÇÃO VISUAL	237
1. Introdução	237
2. Conceito de poluição visual.....	237
3. Princípio do desenvolvimento sustentável.....	238
4. A estética urbana.....	240
5. Limitações ao uso da propriedade por conta da proteção da estética	241
5.1. Fachada	241
5.2. Bairros e cidades tombados	242
6. Limitações de expressão em relação à forma e conteúdo por conta da proteção estética	243
6.1. Publicidade.....	243

6.2. A Lei dos Crimes Ambientais — Lei n. 9.605/98.....	244
6.3. Código de Trânsito Brasileiro — Lei n. 9.503/97.....	245
6.4. Propaganda eleitoral — Lei n. 9.504/97, modificada pela Lei n. 11.300/2006	245
7. Paisagem urbana e sua tutela em face do direito ambiental.....	246
Capítulo XII — POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA	251
1. Introdução	251
2. Fenômenos da poluição atmosférica.....	251
2.1. <i>Smog</i>	251
2.2. Efeito estufa	251
2.3. Chuvas ácidas.....	252
3. Principais agentes causadores da poluição atmosférica.....	252
4. Tutela jurídica	252
5. Emissão de poluentes por veículos automotores e medidas pre- ventivas de tutela jurídica em face da poluição atmosférica — o <i>rodízio</i> de veículos automotores	253
Capítulo XIII — POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS	255
1. Lixo e resíduo	255
1.1. Conceito de resíduo sólido	255
2. A urbanização e o lixo urbano	256
2.1. Breve histórico.....	257
3. Natureza jurídica do lixo.....	258
3.1. O lixo como bem de consumo	259
4. Classificação dos resíduos sólidos.....	260
4.1. Resíduos hospitalares	261
4.2. Resíduos radioativos ou nucleares.....	261
4.3. Resíduos químicos.....	262
4.4. Resíduos comuns	262
5. Aspectos legais	262
6. Tipos de tratamento do resíduo urbano.....	264
6.1. Deposição	264
6.2. Aterragem	264

6.3. Aproveitamento energético dos aterros	264
6.4. Compostagem	264
6.5. Reaproveitamento energético de resíduos	265
6.5.1. Reaproveitamento energético direto.....	265
6.5.2. Reaproveitamento energético indireto.....	266
7. Causas agravantes do lixo urbano	266
7.1. Aumento de consumo.....	266
7.2. Produção de materiais artificiais.....	267
8. Importação e exportação de resíduos	267
Capítulo XIV — DIREITO DE ANTENA	269
1. Noções propedêuticas	269
2. Conceito	270
3. O espectro eletromagnético	271
4. Natureza jurídica do direito de antena	272
4.1. A utilização das ondas eletromagnéticas pelas rádios piratas	272
5. O direito de antena adaptado à transmissão da comunicação através do espectro eletromagnético	273
6. O direito de antena vinculado à captação da transmissão através do espectro eletromagnético	274
6.1. A defesa do consumidor	275
6.2. Participação do Estado Democrático de Direito.....	276
Capítulo XV — AGROTÓXICOS	277
1. Introdução	277
2. Agrotóxicos e a poluição	277
3. O tratamento jurídico dos agrotóxicos.....	278
3.1. Os agrotóxicos na Constituição Federal de 1988	278
3.2. A disciplina do Código de Defesa do Consumidor em relação aos agrotóxicos	278
3.3. Lei dos Agrotóxicos — Lei n. 7.802/89	279
4. Registro do produto agrotóxico e demais aspectos vinculados ao Decreto n. 4.074/2002.....	279

Capítulo XVI — POLUIÇÃO POR ATIVIDADES NUCLEARES	281
1. Conceito	281
2. Finalidades das atividades nucleares.....	281
3. Competência	282
4. Política nuclear na Constituição Federal.....	282
5. Conselho Nacional de Energia Nuclear — CNEN	283
Capítulo XVII — PATRIMÔNIO GENÉTICO	284
1. Noções preliminares	284
2. Patrimônio genético da pessoa humana e sua tutela jurídica.....	285
3. Patrimônio genético de outros seres vivos (espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal) e sua tutela jurídica.....	287
4. Breves comentários à Lei de Biossegurança — Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. A posição do Supremo Tribunal Federal ...	288
Capítulo XVIII — MEIO AMBIENTE CULTURAL	299
1. Meio ambiente e patrimônio cultural.....	299
2. Conceito de patrimônio cultural	299
3. Natureza jurídica do patrimônio cultural	300
4. Competência sobre o patrimônio cultural.....	301
5. Tombamento ambiental.....	302
5.1. Conceito e características	302
5.2. Natureza jurídica.....	303
5.3. Classificação do tombamento ambiental	303
5.3.1. Quanto à origem da sua instituição	303
5.3.1.1. Instituído por lei	304
5.3.1.2. Por ato do Executivo	304
5.3.1.3. Por via jurisdicional	304
5.3.2. Quanto à eficácia	305
5.3.2.1. Provisório	305
5.3.2.2. Definitivo	305
5.3.3. Quanto ao bem a ser tombado	305
5.3.3.1. Bem público e bem difuso	305
5.3.3.2. Bem particular.....	306

6. Proteção internacional dos bens culturais	306
6.1. Procedimento para inscrição do bem na Lista do Patrimônio Cultural e Natural Mundial.....	307
6.2. Representatividade e universalidade da Lista do Patrimônio Cultural	307
6.3. Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial.....	308
6.4. Tombamento pela Unesco?.....	308
6.5. O Brasil e os bens inscritos na Lista.....	309
7. Racismo.....	309
7.1. Conceito de raça	309
7.2. Origem e conceito.....	310
7.3. Tratamento constitucional	311
7.4. Meio ambiente e racismo.....	312
7.5. Previsões infraconstitucionais sobre o racismo	314
7.5.1. Histórico.....	314
7.5.2. Legislação aplicável	314
7.6. O racismo e a biotecnologia	317
8. Liberdade de crença e a tutela das religiões em face do meio ambiente cultural	318
8.1. Tutela da religião em face das culturas indígenas	322
8.2. Tutela da religião em face das culturas afro-brasileiras	323
8.3. Tutela da religião em face das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional: as igrejas cristãs	326
8.3.1. Tutela do catolicismo	326
8.3.2. Tutela do protestantismo (evangélicos)	329
9. Defesa das línguas brasileiras como bem ambiental em face do meio ambiente cultural	330
9.1. Origem das línguas e a língua portuguesa	330
9.2. Tutela jurídica das línguas brasileiras em face do meio ambiente cultural	331
9.2.1. A tutela jurídica das línguas indígenas brasileiras	331
9.2.2. A tutela jurídica da língua portuguesa brasileira	333

9.2.3. Tutela jurídica das línguas africanas em face das culturas afro-brasileiras	334
10. Tutela jurídica do desporto em face do meio ambiente cultural e o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	334
10.1. Meio ambiente cultural e desporto	334
10.2. Desporto e lazer.....	337
10.3. Entidades de prática desportiva e os direitos do torcedor ..	338
Capítulo XIX — MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL	339
1. Introdução	339
2. Objetivo da política de desenvolvimento urbano.....	340
2.1. Pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade	341
2.2. Garantia do bem-estar dos seus habitantes	342
3. Competência para a consecução dos objetivos de desenvolvimento da política urbana.....	342
4. Plano diretor.....	343
5. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como a mais importante legislação brasileira em matéria de tutela do meio ambiente artificial	344
5.1. Que é uma cidade? A cidade como bem ambiental	344
5.1.1. A tutela constitucional da cidade no âmbito do meio ambiente artificial	350
5.1.2. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como mais importante norma regulamentadora do meio ambiente artificial	351
5.1.3. A garantia do direito a cidades sustentáveis como diretriz geral vinculada aos objetivos da política urbana	354
5.1.3.1. Direito à terra urbana	355
5.1.3.2. Direito à moradia	356
5.1.3.3. Direito ao saneamento ambiental	357
5.1.3.3.1. O direito ao saneamento ambiental e as diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelecidas pela Lei n. 11.445/2007.....	360

5.1.3.4. Direito à infra-estrutura urbana	361
5.1.3.5. Direito ao transporte	361
5.1.3.6. Direito aos serviços públicos	362
5.1.3.7. Direito ao trabalho	363
5.1.3.8. Direito ao lazer	363
5.1.4. Considerações finais	364
5.2. Importância do Estatuto da Cidade para a denominada política urbana.....	365
5.3. Responsabilidade pela aplicação do Estatuto da Cidade.....	365
5.4. Instrumentos da política urbana destinados à tutela do meio ambiente artificial	366
5.5. Instrumentos de tutela do meio ambiente artificial em face de áreas urbanas não utilizadas ou não edificadas.....	367
5.6. Ação de Usucapião Ambiental Individual e Ação de Usucapião Ambiental Metaindividual: da usucapião especial de imóvel urbano	368
5.7. Meio ambiente artificial e concessão de uso em área pública....	369
5.8. Direito de superfície em face do Estatuto da Cidade.....	369
5.9. Operações urbanas consorciadas em face do Estatuto da Cidade	370
5.10. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em face do meio ambiente artificial	370
5.11. O plano diretor como instrumento básico de tutela do meio ambiente artificial desenvolvido no Estatuto da Cidade.....	372
5.12. O Estatuto da Cidade vinculado aos Direitos Difusos e Coletivos: a ampliação da Lei n. 7.347/85 em decorrência do que estabelece a Lei n. 10.257/2001	375
5.13. Natureza jurídica da favela em face do meio ambiente artificial	376
Capítulo XX — ZONEAMENTO INDUSTRIAL E PARCELAMENTO DO SOLO	383
1. Introdução	383
2. Zonas de uso estritamente industrial.....	383
3. Zonas de uso predominantemente industrial	384
4. Zonas de uso diversificado.....	384

5. Zonas de reserva ambiental.....	385
6. Saturação das zonas industriais.....	385
7. Relocalização de indústrias.....	385
8. Parcelamento urbanístico do solo	386
8.1. Disciplina legislativa.....	387
8.2. Formas de parcelamento	387
8.2.1. Loteamento	387
8.2.2. Desmembramento	388
8.3. Aprovação do projeto de loteamento e desmembramento.....	388
8.4. Vedações ao parcelamento do solo	389
Capítulo XXI — MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	390
1. Noções propedêuticas	390
2. Enfoque constitucional do meio ambiente do trabalho.....	391
3. Da segurança e saúde no trabalho.....	392
4. Conceito de trabalho	393
5. Embargo, interdição e greve	394
5.1. Considerações gerais	394
5.2. O princípio da prevenção e os instrumentos de proteção	395
5.3. Interdição e embargo	395
5.4. Greve ambiental.....	396
5.5. Competência da Justiça do Trabalho em face da defesa do meio ambiente do trabalho	397
Capítulo XXII — RECURSOS MINERAIS	400
1. Os recursos minerais como bens ambientais	400
2. A atividade econômica em face dos recursos minerais e seu controle em proveito da dignidade da pessoa humana: o Estudo Prévio de Impacto Ambiental	403
3. Operações econômicas de aproveitamento de jazidas e a lavra em face dos recursos minerais: a aplicação do Código de Minas (Decreto-lei n. 227/67) e da Lei n. 7.805/89	405
4. Pesquisa e lavra dos recursos minerais em terras indígenas	407

5. Participação do proprietário do solo nos resultados da lavra e a Lei n. 8.901/94	409
Capítulo XXIII — AUDITORIA AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO	410
1. Auditoria ambiental	410
2. Auditoria ambiental no Brasil: a ordem econômica em face dos bens ambientais	412
3. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: coletividade na condição organizada de fornecedora de bens ambientais e sua <i>performance</i>	413
4. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: o Estado fornecedor e sua <i>performance</i>	414
5. Algumas conclusões	415
Parte II — DO DIREITO PROCESSUAL	417
Capítulo I — OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS E A NOVA ORDEM PROCEDIMENTAL — A JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA — A SEGURANÇA JURÍDICA	417
1. Introdução	417
2. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	419
3. Princípios inerentes à jurisdição civil coletiva.....	419
3.1. Princípio do acesso à justiça na jurisdição civil coletiva.....	420
3.2. Princípio da igualdade na jurisdição civil coletiva	421
4. A jurisdição civil coletiva, a busca da efetividade do processo e o ativismo judicial como necessidade institucional no Estado Democrático de Direito.....	422
Capítulo II — CONDIÇÕES E ELEMENTOS DA AÇÃO	424
1. Introdução	424
2. Condições da ação	424
2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	424
2.2. Interesse	425
2.3. Legitimidade das partes	425

2.3.1. Legitimidade extraordinária e substituição processual	427
3. Elementos da ação.....	428
3.1. Partes	428
3.2. Pedido	429
3.3. Causa de pedir	429
Capítulo III — ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS PROCES-	
SUAIS GERAIS DA JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA	431
1. Legitimidade ativa.....	431
1.1. A legitimidade das associações civis.....	431
1.2. Natureza da legitimação ativa na jurisdição civil coletiva.....	433
1.3. A legitimidade do Ministério Público e dos Municípios.....	434
2. Litisconsórcio entre os Ministérios Públicos	436
3. Legitimidade passiva.....	437
4. Desistência da ação	439
5. Intervenção de terceiros	439
6. Competência	441
7. Litispendência.....	442
8. Conexão e continência	444
9. Prova	444
10. Ônus da prova	446
10.1. Momento da inversão.....	447
11. Liminares	450
12. Tutela antecipada da lide.....	451
13. Tutela específica.....	452
14. Recursos.....	453
14.1. A denominada repercussão geral em face do direito ambiental brasileiro: a Lei n. 11.418/2006 e o direito processual ambiental.....	454
15. Coisa julgada.....	459
16. Liquidação coletiva e execução coletiva	461
17. O valor arrecadado na condenação e o seu destino para o fundo criado pelo art. 13 da Lei n. 7.347/85	462

17.1. Fundo federal	463
17.2. Fundos estaduais	465
18. Prescrição na ação coletiva ambiental.....	472
Capítulo IV – AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	473
1. Noções propedêuticas	473
2. Breve histórico sobre a ação civil pública.....	474
3. Ação coletiva para a tutela dos direitos individuais homogêneos ..	474
4. Inquérito civil.....	476
5. Compromisso de ajustamento	477
5.1. Transação e compromisso de ajustamento de conduta	478
5.2. Homologação do compromisso de ajustamento	479
Capítulo V – AÇÃO POPULAR AMBIENTAL	480
1. Origens.....	480
2. Ação popular como instrumento de defesa vinculada a interesses difusos e sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro	480
3. Objeto.....	482
4. Legitimidade ativa.....	483
5. Competência	485
6. Pressuposto de cabimento.....	485
7. Legitimidade passiva.....	486
Capítulo VI – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO AMBIENTAL	487
1. Noções propedêuticas	487
2. Do mandado de segurança tradicional ao mandado de segurança coletivo.....	489
3. Do mandado de segurança e suas características.....	492
3.1. Mandado de segurança e mandado de segurança coletivo.....	492
3.2. O mandado de segurança coletivo e a legitimidade ativa	493
3.3. Partidos políticos, organizações sindicais, entidades de classe ou associações	495
3.4. Da cognição no mandado de segurança coletivo ambiental	498

3.5. O sujeito passivo do mandado de segurança ambiental.....	500
Capítulo VII — MANDADO DE INJUNÇÃO AMBIENTAL ..	501
1. Introdução	501
2. Pressupostos materiais de cabimento do <i>writ</i>	501
2.1. Ausência de norma regulamentadora	501
2.2. Inviabilidade de exercício dos direitos e liberdades constitu- cionais e das prerrogativas prescritas na norma.....	502
3. Objeto.....	503
4. Finalidade.....	504
5. Aplicabilidade e procedimento	505
6. Legitimidade ativa.....	507
7. Legitimidade passiva.....	508
8. Sentença em mandado de injunção.....	508
Parte III — DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL.....	511
Capítulo I — DIREITO CRIMINAL CONSTITUCIONAL (CRIME, PENA E PRISÃO)	511
1. Fundamentos constitucionais do direito criminal	511
2. Fundamentos constitucionais do direito penal.....	511
2.1. Privação ou restrição da liberdade	512
2.2. Perda de bens	512
2.3. Multa.....	513
2.4. Prestação social alternativa.....	513
2.5. Suspensão ou interdição de direitos.....	514
2.6. Vedação de penas no direito constitucional em vigor.....	514
3. Fundamentos constitucionais da prisão	515
Capítulo II — DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL E DIREITO PENAL AMBIENTAL	517
1. Fundamentos constitucionais do direito ambiental e a aplicação de sanções penais	517

1.1. Obediência aos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF).....	517
1.2. Obediência aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º da CF).....	518
1.3. Adequação ao direito criminal constitucional e ao direito penal constitucional como instrumentos de defesa da vida de brasileiros e estrangeiros residentes no País (art. 5º da CF).....	518
1.4. Adequação ao piso vital mínimo como valor fundamental a ser tutelado pelo direito criminal ambiental (art. 6º da CF).....	518
1.5. Obediência e adequação ao direito ambiental constitucional (art. 225 da CF).....	519
1.5.1. Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF).....	520
1.5.2. Pessoas físicas e pessoas jurídicas são consideradas constitucionalmente infratoras diante da condição de poluidoras e estarão sujeitas a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF).....	521
Capítulo III – SANÇÕES PENAIS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE (LEI FEDERAL N. 9.605/98)	523
1. Disposições gerais.....	523
2. Aplicação da pena.....	524
3. Inquérito civil no âmbito da Lei n. 9.605/98	525
4. Da ação e do processo penal. Competência de processamento de inquérito policial e posterior ação penal com o objetivo de apurar a suposta prática de crime ambiental. Conteúdo da denúncia em face do direito criminal ambiental/direito penal ambiental	525
5. Dos crimes contra o meio ambiente.....	527
5.1. Dos crimes contra a fauna	527
5.2. Dos crimes contra a flora e o princípio da insignificância	528
5.3. Da poluição e outros crimes ambientais	530

5.3.1. Sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente aplicadas à poluição (Lei n. 9.605/98)	533
5.3.2. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54 e os danos à saúde humana	535
5.3.3. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54, § 2º, II, e a poluição atmosférica	537
5.3.4. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 56 e os produtos e substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde	537
5.4. A Emenda Constitucional n. 45/2004 e a competência da Justiça do Trabalho visando sanções penais ambientais: o art. 114, I e IX, da Constituição Federal.....	538
5.5. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	540
5.6. Dos crimes contra a administração ambiental	541

Parte IV — TUTELA JURÍDICA DO ECOTURISMO NO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

543

Capítulo I — O DIREITO AO LAZER VINCULADO AO ECOTURISMO

543

Capítulo II — O USO DOS BENS AMBIENTAIS EM PROVEITO DO ECOTURISMO

547

1. O uso do meio ambiente cultural em proveito do ecoturismo	547
1.1. Turismo religioso	548
1.2. Turismo gastronômico	551
1.3. Turismo histórico	554
1.4. Turismo arqueológico	554
2. O uso do meio ambiente artificial em proveito do ecoturismo	560
2.1. O uso do meio ambiente artificial vinculado às atividades esportivas	567
3. O turismo de saúde ou “turismo de cura” em face do direito ambiental brasileiro	568

4. O uso do meio ambiente natural em proveito do ecoturismo. O turismo de aventura	569
Capítulo III — O ECOTURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA VINCULADA ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO	576
1. Direitos e deveres dos fornecedores	576
2. Direitos e deveres do ecoturista	580
Parte V — AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL EM FACE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	583
Capítulo I — FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA AGROPECUÁRIA COMO ATIVIDADE ECONÔMICA: AGRICULTURA E PECUÁRIA E SUA TUTELA JURÍDICA....	583
Capítulo II — A AGRICULTURA NO PLANO JURÍDICO AMBIENTAL EM FACE DO CONTROLE TERRITORIAL....	591
1. A flora como recurso ambiental (bem ambiental) e sua tutela jurídica infraconstitucional (patrimônio genético, sementes e mudas) ...	594
2. Agricultura com o emprego de técnicas que comportem risco para o meio ambiente e agricultura orgânica	596
Capítulo III — PECUÁRIA NO PLANO JURÍDICO AMBIENTAL EM FACE DO CONTROLE TERRITORIAL	599
1. A fauna como recurso ambiental (bem ambiental) e sua tutela jurídica infraconstitucional (patrimônio genético)	600
2. Pecuária com o emprego de técnicas que comportem risco para o meio ambiente e pecuária orgânica.....	601
Parte VI — DIREITO AMBIENTAL TRIBUTÁRIO	603
Capítulo I — DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO VINCULADO À TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS	603

Capítulo II — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E SEUS PRINCÍPIOS GERAIS: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DESTINADO A INTERPRETAR OS IMPOSTOS, AS TAXAS E A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	605
---	-----

Parte VII — TUTELA JURÍDICA DA ENERGIA VINCULADA AO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO ..	613
--	------------

<i>I — Bibliografia básica</i>	<i>621</i>
--------------------------------------	------------

<i>II — Teses e dissertações</i>	<i>624</i>
--	------------

1) Teses	624
----------------	-----

2) Dissertações	624
-----------------------	-----

<i>III — Bibliografia complementar</i>	<i>632</i>
--	------------